

## **Desafios da segurança pública no Brasil é tema de seminário do CNDH**

Os desafios da segurança pública no Brasil foram tema de seminário realizado na última terça-feira (12) pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH. O evento integrou a 53ª Reunião Ordinária do conselho, em edição extraordinária no Rio de Janeiro, em homenagem à memória de Lélia Gonzalez e Abdias do Nascimento.

O seminário “Desafios da Segurança Pública no Brasil” teve por objetivo debater a política de segurança pública e a garantia dos direitos humanos no Brasil no atual contexto; produzir uma carta com diagnóstico e recomendações sobre a Política Nacional de Segurança Pública e um relatório para gestores públicos, parlamentares e sistema de justiça, bem como divulgar e visibilizar os princípios constitucionais e de direitos humanos que devem nortear toda a política de segurança.

No período da manhã participaram da Mesa de Diagnóstico os especialistas na área Deise Benedito e Deivison Nkosi. Benedito destacou que a violência e o racismo são estruturantes na formação do Estado brasileiro e que o povo negro permanece sendo o público prioritário da violência perpetrada pelo Estado. Já Nkosi afirmou que a segurança pública não é implementada para toda sociedade de maneira equitativa, ela é pensada para as classes privilegiadas e para oprimir a população pobre. Ressaltou também que nossa democracia é muito frágil e que, nos breves momentos em que houve de fato democracia no Brasil, essa não chegou às zonas periféricas e pobres do país.

Como representante das famílias de pessoas atingidas pela violência do Estado, Patrícia Oliveira afirmou a importância de a população fazer denúncias quando sentem que seus direitos estão ameaçados: “somente quando denunciarmos poderemos ver medidas sendo tomadas para combater os abusos. Por exemplo, se um promotor de justiça não faz seu trabalho da forma correta, precisa ser denunciado. Representando os policiais, a perita da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Janaína Matos se manifestou a favor da autonomia da perícia técnica com autonomia, afirmando que “não tem como se apurar os crimes de forma séria quando a palavra do policial tem mais autoridade do que provas produzidas pelos peritos com técnica científica”.

#DireitosHumanos #ParticipaçãoSocial

Assessoria de Comunicação do CNDH

+55 61 2027-3348 / cndh@mdh.gov.br

Facebook: <https://www.facebook.com/conselhodedireitoshumanos>

Twitter: <https://twitter.com/conselhodh>